

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	54
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	7.488.651	7.588.350	8.189.826
1.01	Ativo Circulante	754.908	527.403	832.558
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	377.368	174.803	549.872
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.790	11.138	2.185
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.790	11.138	2.185
1.01.03	Contas a Receber	286.359	264.624	205.544
1.01.03.01	Clientes	286.359	264.624	205.544
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	285.340	229.609	181.053
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	1.019	35.015	24.491
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.700	10.279	13.356
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	66.691	66.559	61.601
1.01.08.03	Outros	66.691	66.559	61.601
1.01.08.03.02	Pagamentos antecipados relacionadas a concessão	51.595	51.595	51.595
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	60	3.125	3
1.01.08.03.04	Despesas antecipadas e outros créditos	15.036	11.839	10.003
1.02	Ativo Não Circulante	6.733.743	7.060.947	7.357.268
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	647.618	675.035	727.671
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	346	247	369
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	883	1.566
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	647.272	673.905	725.736
1.02.01.10.03	Contas a receber com operações	25.468	0	0
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.398	2.106	2.736
1.02.01.10.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	619.138	670.733	722.328
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	1.268	1.066	672
1.02.03	Imobilizado	151.583	114.852	54.043
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	111.638	36.514	22.820
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	917	385	240
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	39.028	77.953	30.983

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.04	Intangível	5.934.542	6.271.060	6.575.554
1.02.04.01	Intangíveis	5.934.542	6.271.060	6.575.554
1.02.04.01.02	Intagível	5.886.496	6.181.983	6.514.257
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	48.046	89.077	61.297

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	7.488.651	7.588.350	8.189.826
2.01	Passivo Circulante	773.107	691.959	641.797
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.023	14.058	15.908
2.01.02	Fornecedores	88.051	60.969	55.870
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	88.051	60.569	55.781
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	400	89
2.01.03	Obrigações Fiscais	191.907	208.281	332.312
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	174.703	192.620	318.171
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	133.954	162.517	296.626
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	40.749	30.103	21.545
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17.204	15.661	14.141
2.01.03.03.02	ISS a recolher	17.204	15.661	13.930
2.01.03.03.03	ISS parcelado	0	0	211
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.019	162.960	163.004
2.01.04.02	Debêntures	23.019	162.960	163.004
2.01.05	Outras Obrigações	34.519	42.801	36.431
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.767	10.286	7.261
2.01.05.02	Outros	24.752	32.515	29.170
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.797	19.923
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	4.669	4.509	4.549
2.01.05.02.05	Outras obrigações	15.691	11.920	417
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	439	366	263
2.01.05.02.07	Passivo de contrato	3.953	4.923	4.018
2.01.06	Provisões	420.588	202.890	38.272
2.01.06.02	Outras Provisões	420.588	202.890	38.272
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	420.588	202.890	38.272
2.02	Passivo Não Circulante	6.180.738	6.443.933	4.027.397
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.636.326	4.586.547	2.057.010

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.02	Debêntures	4.636.326	4.586.547	2.057.010
2.02.02	Outras Obrigações	35.851	6.489	14.220
2.02.02.02	Outros	35.851	6.489	14.220
2.02.02.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	0	833
2.02.02.02.06	Outras obrigações	1.725	3.282	4.840
2.02.02.02.07	Fornecedores	13.719	3.178	8.547
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	540	29	0
2.02.02.02.09	Passivo de contrato	19.867	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.394.305	1.491.375	1.670.506
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.394.305	1.491.375	1.670.506
2.02.04	Provisões	114.256	359.522	285.661
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.925	34.166	55.759
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	31.925	34.166	55.759
2.02.04.02	Outras Provisões	82.331	325.356	229.902
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	82.331	325.356	229.902
2.03	Patrimônio Líquido	534.806	452.458	3.520.632
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	288.056	205.708	3.273.882
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.400	156.358	197.400
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	41.254	0	3.027.132
2.03.04.10	Reserva de capital	52	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.478.205	3.132.611	7.963.765
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.048.867	-1.107.133	-1.027.497
3.02.01	Custo de construção	-40.821	-50.347	-40.653
3.02.03	Depreciação e amortização	-399.400	-375.572	-343.914
3.02.04	Custo da outorga	-107.990	-102.187	-122.437
3.02.05	Serviços	-105.025	-90.160	-179.896
3.02.06	Custo com pessoal	-85.102	-100.284	-87.530
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-24.533	-23.570	-24.195
3.02.08	Outros	-24.637	-22.956	-19.192
3.02.09	Provisão de manutenção	-261.359	-342.057	-209.680
3.03	Resultado Bruto	2.429.338	2.025.478	6.936.268
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-210.694	-148.033	-158.177
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-210.694	-148.033	-158.177
3.04.02.01	Serviços	-49.878	-26.298	-36.222
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-80.128	-60.954	-33.708
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-1.911	-2.017	-1.976
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-4.082	-2.041	-2.306
3.04.02.05	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e Outros	-29.468	-26.653	-28.991
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-11.361	-11.270	-10.081
3.04.02.07	Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	2.241	21.593	-23.708
3.04.02.08	Água, Luz, telefone, internet e gás	-1.490	-1.407	-1.197
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-1.799	-1.751	-1.750
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	-1.607	-1.066	-454
3.04.02.11	Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	-526	-116	9
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-1.668	-1.569	-778
3.04.02.14	Despesas legais e judiciais	-1.694	-612	-253
3.04.02.15	Outros (outras receitas e despesas operacionais)	-15.442	-15.214	-8.142
3.04.02.16	Indenizações civil e trabalhista	-10.364	-9.684	-8.620

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.04.02.17	Multas dedutíveis	-1.517	-8.974	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.218.644	1.877.445	6.778.091
3.06	Resultado Financeiro	-581.895	-407.245	-218.575
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.636.749	1.470.200	6.559.516
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-523.137	-471.382	-2.210.620
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.113.612	998.818	4.348.896
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.113.612	998.818	4.348.896
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,3635	5,70753	24,85083
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	6,3635	5,70753	24,85083

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	1.113.612	998.818	4.348.896
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.113.612	998.818	4.348.896

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.004.296	1.798.418	1.808.789
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.387.479	2.113.734	1.668.538
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.113.612	998.818	4.348.896
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-97.070	-179.131	1.625.599
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	51.595	51.595	78.660
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	402.759	377.165	345.259
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado	181	1.064	123
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	592.166	509.064	267.582
6.01.01.09	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	52	0	0
6.01.01.10	Rendimento de Aplicações Financeiras	-5.946	-4.787	-3.271
6.01.01.11	Reversão da provisão para perda esperada - contas a receber das operações	526	116	-9
6.01.01.12	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e tri	29.477	-751	47.238
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	261.359	342.057	209.680
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	50.075	31.983	7.817
6.01.01.15	Capitalização de Custos dos Empréstimos	-12.155	-13.943	-6.005
6.01.01.16	Receita de reequilíbrio	0	0	-5.254.057
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	1	7	14
6.01.01.19	Reversão do Ajuste a Valor Presente do Arrendamento	124	29	51
6.01.01.20	Depreciação - Direito de Uso em Arrendamento	723	448	961
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-383.183	-315.316	140.251
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-81.725	-48.672	-7.027
6.01.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	34.879	-9.841	-22.656
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-2.709	3.707	-10.371
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-3.498	-2.108	-2.139
6.01.02.06	Adiantamentos a fornecedores	3.065	-3.122	21
6.01.02.07	Fornecedores	37.622	-271	33.923
6.01.02.08	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-519	3.025	1.814
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	965	-2.683	3.440

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	613.762	621.681	591.596
6.01.02.11	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-637.817	-753.033	-420.928
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	160	-40	1.097
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-336.761	-113.968	0
6.01.02.14	Outras obrigações	2.214	10.851	-4.989
6.01.02.15	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-31.718	-20.842	-23.530
6.01.02.16	Passivo de contrato	18.897	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-84.172	-124.629	-48.731
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-42.605	-65.037	-25.651
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-48.304	-55.531	-45.300
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	443	105	1.383
6.02.04	Aplicações Financeiras	6.294	-4.166	20.837
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.717.559	-2.048.858	-1.329.964
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio	-1.034.436	-4.068.797	-1.303.185
6.03.05	Debêntures - Captações	1.994.993	2.629.598	329.033
6.03.06	Debêntures - (pagamentos de principal e juros)	-2.677.321	-609.169	-354.750
6.03.10	Arrendamento - Pagamentos de Principal	-795	-490	-1.062
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	202.565	-375.069	430.094
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	174.803	549.872	119.778
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	377.368	174.803	549.872

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	205.708	0	0	452.458
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	205.708	0	0	452.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52	-156.358	0	0	-156.306
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.358	0	0	-156.358
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	52	0	0	0	52
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.113.612	0	1.113.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.113.612	0	1.113.612
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	238.654	-1.113.612	0	-874.958
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	197.400	-197.400	0	0
5.06.05	Dividendo adicional proposto e juros sobre capital próprio	0	0	41.254	-916.212	0	-874.958
5.07	Saldos Finais	246.750	52	288.004	0	0	534.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.750	3.027.132	0	3.520.632
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.750	3.027.132	0	3.520.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	998.818	0	998.818
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	998.818	0	998.818
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-41.042	-4.025.950	0	-4.066.992
5.06.04	Dividendos	0	0	-197.400	-3.820.778	0	-4.018.178
5.06.05	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-48.814	0	-48.814
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	156.358	-156.358	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	205.708	0	0	452.458

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	248.094	0	0	494.844
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	248.094	0	0	494.844
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-198.744	0	0	-198.744
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.744	0	0	-198.744
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.348.896	0	4.348.896
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.348.896	0	4.348.896
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.224.532	-4.348.896	0	-1.124.364
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	197.400	-197.400	0	0
5.06.04	Dividendos	0	0	3.027.132	-4.128.057	0	-1.100.925
5.06.05	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	-23.439	0	-23.439
5.07	Saldos Finais	246.750	0	3.273.882	0	0	3.520.632

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	3.806.908	3.424.565	8.213.038
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.800.462	3.423.034	2.958.972
7.01.02	Outras Receitas	6.972	1.647	5.254.057
7.01.02.02	Receitas de remuneração de ativo financeiro	0	0	5.254.057
7.01.02.03	Outras Receitas	6.972	1.647	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-526	-116	9
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-680.081	-705.934	-711.706
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-147.034	-131.383	-217.994
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-122.877	-79.960	-120.942
7.02.04	Outros	-410.170	-494.591	-372.770
7.02.04.01	Custo de construção	-40.821	-50.347	-40.653
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-261.359	-342.057	-209.680
7.02.04.03	Outorga	-107.990	-102.187	-122.437
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.126.827	2.718.631	7.501.332
7.04	Retenções	-403.482	-377.613	-346.220
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-403.482	-377.613	-346.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.723.345	2.341.018	7.155.112
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.629	122.450	53.822
7.06.02	Receitas Financeiras	74.629	122.450	53.822
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.797.974	2.463.468	7.208.934
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.797.974	2.463.468	7.208.934
7.08.01	Pessoal	145.547	142.526	106.808
7.08.01.01	Remuneração Direta	102.709	97.989	71.183
7.08.01.02	Benefícios	34.799	36.748	29.678
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.289	5.128	3.888
7.08.01.04	Outros	2.750	2.661	2.059
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	870.808	780.996	2.474.980
7.08.02.01	Federais	681.108	613.683	2.332.613

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.02.02	Estaduais	394	246	149
7.08.02.03	Municipais	189.306	167.067	142.218
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	668.007	541.128	278.250
7.08.03.01	Juros	655.746	529.165	271.395
7.08.03.02	Aluguéis	12.261	11.963	6.855
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.113.612	998.818	4.348.896
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	51.182	36.113	23.439
7.08.04.02	Dividendos	823.776	0	1.100.925
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	238.654	962.705	3.224.532

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia ("CCR AutoBAN" ou "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tietê em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas.

As rodovias da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 27,7% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pelo Departamento Nacional de Trânsito ("DENATRAN") referente a dezembro de 2024, e onde aproximadamente 19,51% do PIB brasileiro é gerado, calculado de acordo com informações publicadas pelo IBGE (PIB 2021).

Além disso, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando importante rota de escoamento das exportações brasileiras. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes é um instrumento importante na economia e na integração dos municípios da região.

O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui 8 praças de pedágio, 14 bases de atendimento ao usuário, 7 estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 110 câmeras de TV interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 99% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da PMRv, a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Durante os últimos 25 anos a Companhia vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 37,59% no índice de acidentes e 15,76% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 48,06% considerando a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período.

O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2024, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou 193.083 atendimentos. Foram realizados 38.869 atendimentos pelos guinchos, 18.807 pelos resgates, 261.239 pelos veículos de inspeção de tráfego e 26.016 por outros veículos (caminhão munck, caminhão pipa e apreensão de animal).

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em média em 9 minutos e 32 segundos, e o guincho, em 14 minutos e 43 segundos (em 85% dos casos).

Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão.

O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo ("DER/SP"), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão. O Aditivo reequilibrou a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos.

Em 2016 houve duas extensões do prazo contratual em razão das seguintes obras: (i) Em 08 de abril, extensão de 3 meses e 15 dias devido ao Complexo Jundiaí, acesso do km 84+600, pista sul da SP-330 e acesso do km 110, pista sul da SP-330; (ii) Em 03 de junho, extensão de 2 dias devido a melhoria do sistema viário de acesso ao Bairro Aparecidinha, junto ao trevo do km 103+860 da SP-330. Assim, a nova data de término passou a ser 17 de abril de 2027.

Em 29 de junho de 2021 foi assinado acordo preliminar TAM Preliminar nº 01/2021 junto a ARTESP e ao Governo do Estado de SP, no qual estava previsto a prorrogação do prazo de concessão até janeiro de 2037, em função dos fatores a seguir: encerramento da ação judicial de cancelamento do TAM nº 16/2006 e reequilíbrio dos passivos regulatórios oriundos do TAM nº 16/2006; reequilíbrio referente ao TAM nº 25/2011 de substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio IGPM para IPCA; repasse dos reajustes dos anos de 2013 e 2014 e seus efeitos compensatórios até a edição da Resolução SLT 4/18; eventos de desequilíbrios posteriores à celebração do TAM 16/2006.

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o TAM Coletivo nº 01/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da Companhia; (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 3.911 dias, encerrando-se em 31 de dezembro de 2037.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, contava com 988 colaboradores diretos.

1.3. Destaques do ano de 2024

Investimentos:

- O principal investimento do exercício foi direcionado para a recuperação da infraestrutura viária, com destaque para as intervenções no pavimento das rodovias SP-330 e SP-348, totalizando o montante de R\$ 336.761. Além disso, foram realizados investimentos na recuperação de Obras de Arte Especiais ao longo do trecho, no valor de R\$ 23.049.

Dividendos e juros sobre capital próprio - JCP:

- A Companhia distribuiu aos acionistas no exercício R\$ 980.134 referentes a dividendos e, ao longo do ano de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA) o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 51.182, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 43.505, deduzidos 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 7.677. Do montante destacado houve o recolhimento integral do IRRF e o pagamento de todo o valor líquido dos destaques ocorridos, além do pagamento do montante de R\$ 10.797, referente ao destaque do quarto trimestre de 2023.

Principais Reconhecimentos e Prêmios:

- A CCR AutoBAN, Concessionária que administra o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, foi eleita a melhor empresa na categoria Concessionária de Rodovias do país no 37º Prêmio Maiores do Transporte & Melhores do Transporte, tradicional evento promovido pelas revistas Transporte Moderno e Technibus, publicadas pela OTM Editora, um dos mais importantes do setor no país, e que destaca os setores da indústria e serviços que contribuem com o desenvolvimento da economia brasileira. A premiação Analisa os balanços financeiros de empresas ligadas ao setor de transporte. Em 2024, mais de mil empresas foram analisadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Mercado

A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões economicamente mais importantes do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado. Inclusa nesta ligação está a cidade de Campinas, que conecta, em conjunto com outras rodovias, grandes centros urbanos no interior e áreas adjacentes. As rodovias administradas pela Companhia também exercem importante participação no escoamento de cargas de diversas regiões do Estado para o porto de Santos, facilitando o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Em R\$ mil	2024	2023	Var. %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	3.807.042	3.423.034	11,22 %
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	3.766.221	3.372.687	11,67 %
- Receita de Pedágio	3.695.634	3.306.681	11,76 %
- Outras Receitas	70.587	66.006	6,94 %
Deduções da Receita Bruta	(328.837)	(290.423)	13,23 %
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	3.437.384	3.082.264	11,52 %
(+) Receita de Construção	40.821	50.347	-18,92 %
Custos e Despesas (a)	(1.259.565)	(1.255.166)	0,35 %
- Depreciação e Amortização	(403.482)	(377.613)	6,85 %
- Serviços de Terceiros	(127.655)	(90.040)	41,78 %
- Custo da Outorga	(56.395)	(50.592)	11,47 %
- Custo com Pessoal	(165.230)	(161.238)	2,48 %
- Custo de Construção	(40.821)	(50.347)	-18,92 %
- Provisão de Manutenção	(261.359)	(342.057)	-23,59 %
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(153.028)	(131.684)	16,21 %
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(51.595)	(51.595)	0,00 %
EBIT ajustado	2.218.640	1.877.445	18,17 %
Margem EBIT ajustada (b)	64,54%	60,91%	5,96 %
EBIT (c)	2.218.640	1.877.445	18,17 %
Margem EBIT	63,79%	59,93%	6,43 %
(+) Depreciação e amortização	403.482	377.613	6,85 %
EBITDA (b)	2.622.122	2.255.058	16,28 %
Margem EBITDA	75,39%	71,99%	4,72 %
(+) Provisão de manutenção (d)	261.359	342.057	-23,59 %
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	51.595	51.595	0,00 %
EBITDA ajustado	2.935.076	2.648.710	10,81 %
Margem EBITDA ajustada (f)	85,39%	85,93%	-0,64 %
Resultado Financeiro Líquido	(581.895)	(407.245)	42,89 %
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	1.636.745	1.470.200	11,33 %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(523.133)	(471.382)	10,98 %
Lucro antes da participação dos minoritários	1.113.612	998.818	11,49 %
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.113.612	998.818	11,49 %
Endividamento bruto (g)	4.659.345	4.749.507	-1,90 %
Investimentos (caixa) (h)	427.915	234.536	82,45 %

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais;

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/22;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;

(e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;

(f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(g) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação); e

(h) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

2.2. Desempenho

2.2.1. Receita operacional

A receita de pedágio em 2024 totalizou R\$ 3.695.634 e apresentou variação de 11,76% em relação a 2023, influenciada pelo reajuste tarifário, reequilíbrio cautelar concedido pela pandemia de COVID-19, cobrança de eixos suspensos de veículos carregados (SEFAZ), além do aumento do tráfego em geral.

2.2.2. Custo e despesas totais

Os custos totais apresentaram aumento de 0,35% em relação a 2023, perfazendo R\$ 1.259.565 no ano de 2024. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 40.821, representando uma redução de 18,9% em relação a 2023, em decorrência da conclusão de investimentos que estavam em andamento em 2023. Dentre eles, destacam-se a construção de faixas adicionais na Rodovia dos Bandeirantes (entre os km 52+500 e 55+496 na pista sentido interior-capital na região de Jundiaí) e na Rodovia Anhanguera (entre os kms 23+120 e 22+000 pista sentido interior-capital na região de São Paulo), e a adequação de rampas e passarelas na Rodovia Anhanguera
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 403.482 no ano de 2024, representando um aumento de 6,8% em relação a 2023.
- O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 107.990 no ano de 2024 apresentando um aumento de 5,68% em relação a 2023, devido principalmente do aumento da outorga variável, decorrente do crescimento da receita.
- Os gastos com pessoal totalizaram R\$ 165.230 no ano de 2024, um aumento de 2,48%, especialmente devido ao aumento nos valores do rateio de serviços compartilhados.
- Os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 127.655 no ano de 2024, um aumento de 41,8% devido principalmente a: (i) aumento nos valores do rateio de serviços compartilhados, decorrente especialmente da ampliação do intervalo de centros de custo e contas contábeis que compõe o cálculo e (ii) aumento nos serviços da área de Conservação, decorrentes de reajustes contratuais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Os custos e despesas com materiais, equipamentos e veículos totalizaram R\$ 30.026 no ano de 2024, um aumento de 4,7%, principalmente em decorrência do aumento da frota da interação (socorro mecânico, veículos de inspeção e incidentes), além do aumento no custo de aluguel dos veículos.
- Os custos e despesas com gastos gerais totalizaram R\$ 84.830 no ano de 2024, representando uma economia de 27,1%, substancialmente devido à reversão da provisão do processo de ISS do município de Cajamar em 2023, considerando ainda a reversão do processo de ISS do município de Limeira em 2024. Essa economia foi parcialmente compensada pela constituição de novas provisões relacionadas ao Jurídico Estratégico, Contencioso Ordinário e Trabalhista. Adicionalmente, o estorno foi parcialmente compensado também pelo aumento nas taxas decorrente da utilização de cartões de débito e crédito como meio de pagamento.
- O custo direto totalizou R\$ 27.248 no ano de 2024, apresentando um aumento de 3,14% em relação a 2023. O principal motivo foi a maior necessidade de serviços de recuperações de Obras de Arte Especiais em 2024 para cumprimento do cronograma da ARTESP.
- A provisão de manutenção totalizou R\$ 261.359 no ano de 2024, representando uma economia de 23,59%, justificada especialmente pelo ajuste de base em dezembro de 2023 devido ao aumento no valor para o primeiro ciclo de intervenção.
- Outros custos operacionais e receitas operacionais contabilizados em 2024 somaram R\$ 10.924, representando um aumento de 9,65% frente a 2023. Esse aumento é reflexo substancialmente do aumento nos custos com seguros, devido ao aumento da sinistralidade de mercado e da receita da concessionária, além de menor venda de imobilizado no exercício.

2.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2024, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro negativo de R\$ 581.895, comparado a um resultado negativo de R\$ 407.245, em 2023. A piora ocorreu devido, principalmente, a dois fatores: (i) aumento das despesas financeiras decorrente da 14ª Emissão de Debêntures, ocorrida em junho de 2023, cuja influência na contabilização de juros se deu ao longo do ano completo de 2024 e (ii) dos maiores valores em ajuste a valor presente de provisão de manutenção, efeito do ajuste de base e revisão dos ciclos de manutenção. A receita financeira também teve desempenho inferior devido ao fato de que, em 2023, houve aplicação do saldo de caixa da 14ª Emissão de Debêntures, além de o saldo de caixa médio ter sido maior naquele ano.

2.2.4. Lucro líquido

Em 2024, o lucro líquido atingiu R\$ 1.113.612, apresentando aumento de 11,49% em relação a 2023. A variação tem como principal influência o melhor resultado operacional.

2.2.5. Endividamento bruto

Em 2024, a dívida bruta totalizou R\$ 4.659.345, em moeda local, representando uma diminuição de 1,9% em relação a 2023 (R\$ 4.749.507), sendo 99,39% do montante com vencimento em longo prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.6. Investimentos

No acumulado do ano de 2024, os investimentos somaram R\$ 427.915, apresentando aumento de 82,45% em relação a 2023 (R\$ 234.536). A variação foi causada substancialmente pelas recuperações de pavimento e obras de arte especiais nas rodovias SP-348 e SP-330.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, um Diretor-Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Fausto Camilotti. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/autoban. O Sr. Fausto Camilotti pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail fausto.camilotti@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

3.2 Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho colaborativo e transparente, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência em Atração, Retenção e Desenvolvimento de seus talentos, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, sempre de maneira ética e responsável.

A gestão do capital humano está alinhada às orientações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo CCR, cuja execução é acompanhada pelo Comitê de Gente & Gestão. O crescimento profissional dos colaboradores faz parte da estratégia da Companhia e precisa de investimentos constantes em diferentes frentes, como na atração e retenção de talentos; oferta de salários e benefícios competitivos, sistemas que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

garantam a saúde e segurança em todas as operações, além de investir em diversos treinamentos e programas de desenvolvimento de lideranças.

4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, qual é desdobrada em sua Estratégia de Sustentabilidade revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança Da Estratégia De Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A diretoria de sustentabilidade (DS) conta com um(a) executivo(a) responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de, ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025 não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:

<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas Voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina dez princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril de 2024 ano o Instituto CCR, entidade responsável pelos investimentos socioculturais do Grupo CCR, completou 10 anos de atuação, gerenciando valor recorde de R\$ 72 milhões para impacto social, um investimento recorde em toda sua trajetória. Desde a sua fundação, em 2014, o Instituto CCR já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas em mais de 430 municípios de todo o País.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

Em abril de 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, em montante ou natureza que pudesse afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Jundiaí, 4 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, n.º 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2037, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1.1.1 Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando as questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram

Notas Explicativas

substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

1.1.2 Processos em andamento

a. Ação de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão.

Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo n.º 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância, para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Tendo o processo retornado à 1ª Instância, em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do MP/SP, o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal, bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos.

Em 8 de outubro de 2024, foi proferida decisão determinando que o Ministério Público seja intimado a se manifestar quanto ao interesse em firmar acordo de não persecução civil.

Em 7 de novembro de 2024, o Ministério Público informou que não tem interesse em firmar acordo e, na oportunidade, requereu o saneamento do processo.

Notas Explicativas

b. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

Em 9 de junho de 2022, foi expedida Portaria de instauração de inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia e determinadas autoridades do Poder Executivo Estadual visando à apuração de suposto ato de improbidade consistente na prorrogação do contrato de concessão da concessionária em razão da formalização do Acordo Definitivo com o Estado de São Paulo, ocorrida em 31 de março de 2022. As autoridades indicadas no inquérito e a concessionária apresentaram manifestação demonstrando a inexistência de ilegalidade em se efetivar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante a extensão do respectivo prazo de concessão.

Em 13 de janeiro de 2022, os autos foram remetidos ao CAEX/MP-SP para elaboração de parecer técnico, à luz das informações prestadas pela concessionária e ARTESP.

Após parecer inconclusivo do CAEX/MP-SP, em 14 de agosto de 2024, foi proposto o arquivamento dos autos, que foi devidamente homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (CSMP) pela ausência de indícios de ilegalidade, em 26 de novembro de 2024. Em razão disso, o Inquérito Civil não será mais reportado nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas por ela na sua gestão.

Em 4 de fevereiro de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas Explicativas

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;

8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;

12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;

14. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a Companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Notas Explicativas

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato)

Notas Explicativas

acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas Explicativas

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.15.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a

Notas Explicativas

receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas Explicativas

3.10. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.15. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente

Notas Explicativas

após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.16. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.17. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas

3.18. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.19. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28);

3.20. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 10, 13 e 19.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; e (2) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria

Notas Explicativas

vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 13 e 19.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	593.209	608.720	1.597.667	1.946.089	2.364.014
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9.767	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	103.742	15.448	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 18.199 substancialmente composto por debêntures e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas n.º 13 e 15. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	10.932	13.148
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	366.436	161.655
Total	377.368	174.803

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	10.790	11.138
Aplicações financeiras (a)	10.363	10.140
Conta reserva	427	998
Total	10.790	11.138

As aplicações financeiras foram remuneradas, a taxa média de 104,48% do CDI, equivalente a 11,36% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (100,92% do CDI, equivalente a 13,23% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

Notas Explicativas

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	285.340	229.609
Contas a receber das operações (a)	286.070	229.813
Provisão para perda esperada (b)	(730)	(204)
Não circulante	25.468	-
Contas a receber das operações (a)	25.468	-
Total	310.808	229.609

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (b) Refere-se a provisão para perda esperada – contas a receber, esperada pela Companhia.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Creditos a vencer	310.719	229.570
Créditos vencidos até 60 dias	82	47
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	7	18
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	43	46
Créditos vencidos há mais 180 dias	687	132
Total	311.538	229.813

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.636.749	1.470.200
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(556.495)	(499.868)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(6.202)	(6.095)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(374)	(827)
Incentivo relativo ao imposto de renda	20.743	18.707
Juros sobre o capital próprio	17.402	16.598
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	177	75
Outros ajustes tributários	1.612	28
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(523.137)	(471.382)
Impostos correntes	(620.207)	(650.513)
Impostos diferidos	97.070	179.131
Alíquota efetiva de impostos	31,96%	32,06%

Notas Explicativas

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	200.366	204.516
Constituição da provisão de manutenção	170.992	179.607
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	10.855	11.617
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	9.045	6.044
Provisão para participação nos resultados (PLR)	6.630	5.783
Programa de gratificação de longo prazo	2.374	1.186
Provisão para perda esperada - contas a receber	248	69
Provisão para fornecedores	197	207
Arrendamento	25	3
Compensação de imposto ativo	(200.366)	(204.516)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(1.594.671)	(1.695.891)
Receita de reequilíbrio (a)	(1.518.320)	(1.618.328)
Capitalização de juros	(41.826)	(40.526)
Diferenças temporárias Lei n.º 12.973/2014 (b)	(27.061)	(29.143)
Custo de transação de debêntures	(6.456)	(7.322)
Ajuste a valor presente	(1.008)	(572)
Compensação de imposto passivo	200.366	204.516
Impostos passivos após compensação	(1.394.305)	(1.491.375)
Imposto diferido líquido	(1.394.305)	(1.491.375)
Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	(1.491.375)	(1.670.506)
Reconhecimento no resultado	97.070	179.131
Saldos em 31 de dezembro	(1.394.305)	(1.491.375)

- (a) Saldo de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil); e
- (b) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na Companhia, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Saldos a pagar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante		2024	2023
	2024	2023	2024	2023		
Outorga fixa	51.595	51.595	619.138	670.733	51.595	51.595
Total	51.595	51.595	619.138	670.733	51.595	51.595

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos

Notas Explicativas

às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	817	343.138	343.955	2.342	84.088	86.430
Aplicações financeiras	-	339.231	339.231	-	48.224	48.224
Bancos conta movimento	-	3.638	3.638	-	2.251	2.251
Contas a receber	817	202	1.019	2.342	33.556	35.898
Outros créditos	-	67	67	-	57	57
Passivo	9.604	47.293	56.897	20.882	1.254.751	1.275.633
Debêntures	-	47.130	47.130	-	1.254.550	1.254.550
Contas a pagar	9.604	163	9.767	10.085	201	10.286
Juros sobre capital próprio	-	-	-	10.797	-	10.797

Transações	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	219	219	917	-	917
Custos / despesas / ressarcimento de infraestrutura utilizada	(1.967)	31	(1.936)	(1.337)	-	(1.337)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	547	547	-	156	156
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	131	131	-	324	324
Custos / despesas - doações	-	7.831	7.831	-	6.841	6.841
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	-	(18)	-	(18)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	10.718	10.718	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	909	909	-	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	214	214	-	285	285
Receitas de aplicações financeiras	-	(27.865)	(27.865)	-	(53.201)	(53.201)
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	(897)	(897)	2.032	-	2.032
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	(1.896)	(699)	(2.595)	(6.899)	-	(6.899)
Receita de venda de ativo imobilizado	(35)	(150)	(185)	(39)	-	(39)
Repasse de custos e despesas - Rodovias	-	(2.019)	(2.019)	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	131.240	-	131.240	97.424	-	97.424
Repasse de custos e despesas de colaboradores	153	266	419	(122)	923	801

10.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2024	2023
Remuneração (a)	178	(1.314)
Outros benefícios:	178	(1.314)
Complemento (reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	178	(1.314)

(a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	161	10.098	1.796	10.765	22.820	30.983	53.803
Adições	-	-	-	-	-	70.911	70.911
Baixas	(66)	(838)	(17)	(143)	(1.064)	-	(1.064)
Transferências	468	6.922	13.776	2.775	23.941	(23.941)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	550	-	-	550	-	550
Depreciação	(105)	(3.681)	(2.504)	(3.443)	(9.733)	-	(9.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	458	13.051	13.051	9.954	36.514	77.953	114.467
Custo	2.737	52.371	23.178	146.701	224.987	77.953	302.940
Depreciação acumulada	(2.279)	(39.320)	(10.127)	(136.747)	(188.473)	-	(188.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	458	13.051	13.051	9.954	36.514	77.953	114.467
Adições	-	-	-	-	-	50.281	50.281
Baixas	(1)	(177)	-	(3)	(181)	-	(181)
Transferências	812	29.866	9.505	49.898	90.081	(89.206)	875
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	486	-	-	486	-	486
Depreciação	(103)	(6.141)	(4.588)	(4.430)	(15.262)	-	(15.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.166	37.085	17.968	55.419	111.638	39.028	150.666
Custo	3.544	81.700	32.425	196.001	313.670	39.028	352.698
Depreciação acumulada	(2.378)	(44.615)	(14.457)	(140.582)	(202.032)	-	(202.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.166	37.085	17.968	55.419	111.638	39.028	150.666
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2024	10	12	22	16			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.676 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.874 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 11,18% a.a. e 8,11% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	6.505.827	1.888	6.542	6.514.257	61.297	6.575.554
Adições	-	-	3.634	3.634	59.966	63.600
Transferências	32.186	3.007	(3.007)	32.186	(32.186)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(550)	(550)	-	(550)
Amortização	(366.436)	(996)	-	(367.432)	-	(367.432)
Outros	(112)	-	-	(112)	-	(112)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.171.465	3.899	6.619	6.181.983	89.077	6.271.060
Custo	8.972.505	26.900	6.619	9.006.024	89.077	9.095.101
Amortização acumulada	(2.801.040)	(23.001)	-	(2.824.041)	-	(2.824.041)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.171.465	3.899	6.619	6.181.983	89.077	6.271.060
Adições	-	-	4.708	4.708	48.075	52.783
Transferências	89.105	2.964	(3.838)	88.231	(89.106)	(875)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(486)	(486)	-	(486)
Amortização	(385.962)	(1.535)	-	(387.497)	-	(387.497)
Outros	(443)	-	-	(443)	-	(443)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.874.165	5.328	7.003	5.886.496	48.046	5.934.542
Custo	9.055.554	29.885	7.003	9.092.442	48.046	9.140.488
Amortização acumulada	(3.181.389)	(24.557)	-	(3.205.946)	-	(3.205.946)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.874.165	5.328	7.003	5.886.496	48.046	5.934.542
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico; e

Em 2024, do montante total, R\$ 443 refere-se a desapropriações.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.479 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.069 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de

Notas Explicativas

capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 11,18% a.a. e 8,11% a.a., respectivamente.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do	Vencimento final	Custos de	Saldos dos	2024	2023
		custo de transação					
		(% a.a.)		incorridos	apropriar		
10ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	Outubro de 2026	2.798	-	-	338.307 (b)
12ª Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3630% (a)	Novembro de 2026	3.810	-	-	1.424.146 (c)
13ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,2630% (a)	Setembro de 2027	901	-	-	341.489 (c)
14ª Emissão - Série única	CDI + 2,14% a.a.	2,3194% (a)	Junho de 2028	20.402	13.980	2.650.343	2.645.565 (c)
15ª Emissão - Série única	CDI + 0,44% a.a.	0,4866% (a)	Novembro de 2030	5.007	5.007	2.009.002	- (c)
Total					18.987	4.659.345	4.749.507

	2024	2023
Circulante	23.019	162.960
Debêntures	28.331	167.744
Custos de transação	(5.312)	(4.784)
Não circulante	4.636.326	4.586.547
Debêntures	4.650.001	4.603.300
Custos de transação	(13.675)	(16.753)
Total geral	4.659.345	4.749.507

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2024
2027	1.060.000
2028	1.590.000
2029	1.000.000
A partir de 2030	1.000.001
(-) Custo de transação	(13.675)
Total	4.636.326

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

Notas Explicativas

14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.580	3.843	27.743	34.166
Constituição	13.270	13.198	21.195	47.663
Reversão	(845)	(952)	(18.013)	(19.810)
Pagamentos	(11.593)	(4.951)	(15.174)	(31.718)
Atualização de bases processuais e monetária	377	577	670	1.624
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.789	11.715	16.421	31.925

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	16.341	21.880
Trabalhistas e previdenciários	11.010	6.135
Tributários	-	4.017
Total	27.351	32.032

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 16.618 (R\$ 16.168 em 31 de dezembro de 2023).

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.890	325.356	528.246
Constituição	124.196	137.163	261.359
Ajuste a valor presente	17.261	32.814	50.075
Transferências	413.002	(413.002)	-
Realização	(336.761)	-	(336.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	420.588	82.331	502.919

As taxas nos exercícios findos em de 31 de dezembro 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Notas Explicativas

16.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

16.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 24 de abril de 2024, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 156.358, correspondentes a R\$ 0,89347333234 por ação, à conta de reserva de retenção de lucros de 2023, com base na composição acionária. Os dividendos aprovados foram pagos em 26 de abril de 2024.

Em 19 de novembro de 2024, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 823.776, correspondentes a R\$ 4,70729202183 por ação, à conta de parte dos lucros apurados no período entre 01/01/2024 e 30/09/2024. Os dividendos aprovados foram pagos em 21 de novembro de 2024.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	1.113.612
Lucro líquido ajustado	1.113.612
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	278.403
Total de juros sobre capital próprio pagos	(43.505)
Total de dividendos intermediários pagos	(823.776)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	(867.281)

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos.

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 21 de março de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 7.174, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 6.098, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.076, pagos em 26 de abril de 2024, aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 24 de abril de 2024.

Em 21 de junho de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.634, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 8.189, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.445, pagos em 27 de novembro de 2024.

Notas Explicativas

Em 25 de setembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 14.248, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 12.111, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 2.137, pagos em 27 de novembro de 2024.

Em 11 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 20.126, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 17.107, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 3.019, pagos em 23 de dezembro de 2024.

16.6. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	1.113.612	998.818
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	6,36350	5,70753

16.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 5.419
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 5.419 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 52.

Notas Explicativas

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	3.807.042	3.423.034
Receitas de pedágio	3.695.634	3.306.681
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	40.821	50.347
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	3.525	6.898
Receitas acessórias	67.062	59.108
Deduções das receitas brutas	(328.837)	(290.423)
Impostos sobre receitas	(326.623)	(289.950)
Abatimentos	(2.214)	(473)
Receita operacional líquida	3.478.205	3.132.611

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(656.524)	(529.695)
Juros sobre debêntures	(592.166)	(509.064)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(50.075)	(31.983)
Capitalização de custos dos empréstimos	12.155	13.943
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(7)	(12)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(124)	(29)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(26.307)	(2.550)
Receitas financeiras	74.629	122.450
Rendimento sobre aplicações financeiras	71.233	123.843
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	6	5
Juros e outras receitas financeiras	3.390	(1.398)
Resultado financeiro líquido	(581.895)	(407.245)

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		2024	2023
Ativos	Nível	699.985	451.448
Valor justo através do resultado		388.158	185.941
Caixa e bancos	Nível 2	10.932	13.148
Aplicações financeiras	Nível 2	376.799	171.795
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	427	998
Custo amortizado		311.827	265.507
Contas a receber das operações		310.808	229.609
Contas a receber de partes relacionadas		1.019	35.898
Passivos		(4.793.946)	(4.854.843)
Valor justo através do resultado		(4.793.946)	(4.854.843)
Debêntures (a)	Nível 2	(4.659.345)	(4.749.507)
Fornecedores e outras contas a pagar		(119.186)	(79.349)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(9.767)	(10.286)
Passivo de arrendamento		(979)	(395)
Juros sobre o capital próprio		-	(10.797)
Obrigações com Poder Concedente		(4.669)	(4.509)
Total		(4.093.961)	(4.403.395)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	4.678.332	4.854.377	4.771.044	5.020.946

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Notas Explicativas

19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) e (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(4.678.332)	(642.300)	(786.405)	(930.511)
Efeito sobre debêntures		(642.300)	(786.405)	(930.511)
CDI	380.224	35.720	44.625	53.520
Efeito sobre as aplicações financeiras		35.720	44.625	53.520
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(606.580)	(741.780)	(876.991)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
--------------------	----------	----------	----------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1. Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 56.234, referente ao direito de outorga variável (R\$ 49.836 em 31 de dezembro de 2023).

20.2. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem os valores dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contempla eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	3.044.183	3.342.916

Notas Explicativas

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.749.507)	(10.797)	(395)	(4.760.699)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	682.328	1.034.436	795	1.717.559
Captação	(1.994.993)	-	-	(1.994.993)
Pagamentos de principal e juros	2.677.321	-	795	2.678.116
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	1.034.436	-	1.034.436
Outras variações que não afetam caixa	(592.166)	(1.023.639)	(1.379)	(1.617.184)
Despesas com juros e variação monetária	(592.166)	-	-	(592.166)
Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(1.023.639)	-	(1.023.639)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(124)	(124)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(1.255)	(1.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.659.345)	-	(979)	(4.660.324)

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE 35.300.154.461

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025, no valor de R\$ 612.000.000,00 (Seiscentos e doze milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2025.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 612.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2025	R\$ 612.000.000,00
---	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2024	R\$ 197.400.000,00
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 414.600.000,00

Jundiaí, 4 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos com ativos de concessão (Notas explicativas nos 3.7, 3.15 e 12)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

As capitalizações destes gastos realizados nestas rubricas no exercício de 2024 impactam na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido a existir certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como o ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementados pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
- Testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua adequada classificação;
- Avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e
- Analisamos a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima, consideramos que são razoáveis os critérios utilizados pela Companhia para capitalizar os gastos ao ativo de contratos e intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 29 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 04 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Jundiaí/SP, 04 de fevereiro de 2025.

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMIOTTI
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Jundiaí/SP, 04 de fevereiro de 2025.

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMIOTTI
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR